

CONTRIBUIÇÕES DA CIDADE COMO UM ESPAÇO EDUCADOR***Laís Rocha Maciel^{1*} & Aline Couto da Costa²*****RESUMO**

MACIEL, L. R.; COSTA, A. C da. Contribuições da Cidade como um Espaço Educador. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 16, n. 46, p. 1 - 29, 2026.

Os moradores de uma cidade são responsáveis pelo seu processo contínuo de criação, e cada ação individual repercute coletivamente na sociedade. Nesse contexto, torna-se essencial despertar nos cidadãos um olhar crítico sobre seus direitos e deveres, promovendo participação ativa nos debates e decisões urbanas. Uma forma de trabalhar esse tema é integrá-lo à aprendizagem escolar, reconhecendo o papel do Arquiteto e Urbanista em facilitar o acesso das crianças a informações essenciais para compreenderem, criarem e recriarem seu território, passando de meras observadoras a protagonistas da cidade. Este artigo discute as contribuições da cidade como espaço educativo complementar à escola para a formação de indivíduos críticos, com base em revisão bibliográfica nacional. São analisadas duas experiências pedagógicas voltadas ao público infantil, permitindo refletir sobre estratégias lúdicas para a educação urbana e seu impacto na formação

cidadã. A partir dessas discussões, as crianças são identificadas como atores relevantes na construção de cidades mais inclusivas e democráticas, evidenciando o potencial das práticas pedagógicas em uma perspectiva de educação crítica e inclusiva. As propostas didáticas dialogam com o embasamento teórico, mostrando que métodos lúdicos aproximam os alunos da compreensão das relações sociais, ambientais e espaciais que estruturam o território urbano. Observa-se, porém, que essas práticas apresentam limitações, como a necessidade de recursos adequados, adaptação a diferentes faixas etárias e contextos escolares e desafios na integração de conteúdos técnicos e políticos. Espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre educação urbana na infância, incentivando outros pesquisadores a desenvolverem análises críticas e intervenções pedagógicas dentro dessa temática.

Palavras-chave: Direito à cidade; cidadania; educação.

¹ Pesquisadora – Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias/Pós-graduação Stricto Sensu/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), Rua Dr. Siqueira, 273, Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil;

² Professora pesquisadora – Doutora em Arquitetura (UFRJ)/ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), Rua Dr. Siqueira, 273, Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

(*) e-mail: laisrochamaciel.arq@gmail.com

Data de recebimento: 09/04/2025

Aceito para publicação: 20/10/2025

Data de publicação: 30/07/2026

CONTRIBUTIONS OF THE CITY AS AN EDUCATIONAL SPACE

Laís Rocha Maciel^{1} & Aline Couto da Costa²*

ABSTRACT

MACIEL, L. R.; COSTA, A. C da. Contributions of the city as an educational space. **Online Perspectives: Human & Social Applied**, v. 16, n. 46, p. 1 - 29, 2026.

The residents of a city are responsible for its continuous process of creation, and each individual action has collective repercussions for society. In this context, it is essential to foster in citizens a critical awareness of their rights and duties, promoting active participation in urban debates and decision-making. One way to address this topic is by integrating it into the school learning process, recognizing the role of architects and urban planners in facilitating children's access to essential information to understand, create, and reshape their own territory, moving from mere observers to active protagonists of the city. This article discusses the contributions of the city as an educational space complementary to school for the formation of critical individuals, based on a national literature review. Two pedagogical experiences aimed at children are analyzed, allowing reflection on playful strategies for

urban education and their impact on civic formation. From these discussions, children are identified as relevant actors in building more inclusive and democratic cities, highlighting the potential of pedagogical practices from a critical and inclusive education perspective. The didactic proposals align with the theoretical framework, demonstrating that playful methods effectively help students understand the social, environmental, and spatial relationships that structure urban territory. However, these practices also present limitations, such as the need for adequate resources, adaptation to different age groups and school contexts, and challenges in integrating technical and political content. This study aims to contribute to the broader debate on urban education in childhood, encouraging other researchers to develop critical analyses and pedagogical interventions within this field.

Keywords: Right to the city; citizenship; education.

¹Researcher - Professional Master's Program in Architecture, Urbanism and Technologies / Stricto Sensu Graduate Program / Federal Institute of Education, Science and Technology Fluminense (IFFluminense), Rua Dr. Siqueira, 273, Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes, RJ, Brazil;

²Research Professor - PhD in Architecture (UFRJ) / Faculty member at the Federal Institute of Education, Science and Technology Fluminense (IFFluminense), Rua Dr. Siqueira, 273, Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes, RJ, Brazil.

(*) e-mail: laisrochamaciel.arq@gmail.com

Received: 09/04/2025

Accepted: 20/10/2025

Published online: 30/07/2026

1. INTRODUÇÃO

Os moradores de uma cidade são responsáveis pelo seu processo diário e contínuo de criação, onde cada ação individual impacta de forma coletiva na sociedade. Nesse contexto, se faz importante despertar um olhar crítico nos cidadãos sobre seus direitos e deveres individuais e coletivos na cidade, buscando resgatar a participação ativa da população nos debates e decisões políticas da urbe. Uma das estratégias para trabalhar este tema com os cidadãos é articular durante o processo de aprendizagem escolar, desde a infância, onde a criança durante seu processo de desenvolvimento construiria noções de cidadania importantes para uma construção de uma sociedade mais democrática (Buzzar; Martin; Ribeiro, 2020).

Este artigo intenciona contribuir com a pesquisa de Mestrado da presente autora, motivado a partir da participação ainda na graduação em Projetos de Extensão e Pesquisa sobre a preservação dos Patrimônios Histórico-Culturais, onde também foram trabalhadas questões sobre Direito à Cidade e a importância da atuação de cada cidadão na luta pela preservação da sua cidade. A partir dessa trajetória, investigam-se formas pelas quais o Arquiteto e Urbanista pode intervir nesse processo, articulando a relação cidade-escola como elemento central da educação cidadã.

Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR, 2022), os arquitetos e urbanistas têm a possibilidade de incluir crianças e jovens em seus projetos, reconhecendo-os como cidadãos ativos, cujos interesses devem ser considerados de maneira participativa em diferentes escalas, do edifício à cidade. Essa aproximação entre o conhecimento técnico da área e a educação contribui para desmistificar a ideia da arquitetura e do urbanismo como práticas elitistas. Além disso, ao se envolverem em processos de levantamento e projeto, crianças e jovens podem compreender a função social dessa atuação e sua relevância para a qualidade de vida nos territórios.

Dessa forma, verifica-se a potencialidade do Arquiteto e Urbanista em facilitar o acesso das crianças às informações essenciais para compreender, criar e recriar seu território, passando de observadoras a protagonistas da cidade. O artigo propõe, portanto, discutir as contribuições da cidade como espaço educativo complementar à escola, a partir do levantamento teórico sobre Educação Urbana e Direito à Cidade, além de analisar experiências pedagógicas infantis sobre o tema, enriquecendo o debate sobre práticas inclusivas e críticas na formação cidadã.

2. METODOLOGIA

Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a pesquisa insere-se na área de Ciências Sociais Aplicadas, e classifica-se como: aplicada, pela sua natureza; qualitativa, pelo tratamento de dados; e exploratória, com base nas suas finalidades (Gil, 2002).

Para atingir os objetivos propostos, a investigação adotou inicialmente a revisão bibliográfica, por considerar que a análise sistemática de fontes relevantes permite compreender diferentes perspectivas teóricas sobre a educação urbana e a formação cidadã na infância, oferecendo embasamento sólido para o estudo de casos pedagógicos específicos.

A seleção das fontes considerou livros, dissertações, teses e artigos publicados em revistas e eventos científicos, priorizando materiais que abordassem: a relação entre o homem e a cidade; o direito à cidade e à cidadania; a participação popular nos processos urbanos; e as contribuições da educação urbana na infância. Para garantir pertinência e atualidade, adotou-se um recorte temporal flexível, contemplando tanto autores clássicos quanto referências contemporâneas, e considerou-se a disponibilidade de materiais em português, buscando desenvolver uma perspectiva mais alinhada à realidade brasileira.

A busca das referências foi realizada em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Google Scholar e Capes, por meio de palavras-chave tais como “educação urbana”, “cidadania infantil”, “direito à cidade”, “participação social”, “jogo pedagógico”, “formação cidadã”, entre outras, ajustadas conforme o banco de dados e o tipo de documento. Para analisar o material coletado, aplicou-se a técnica de análise temática, permitindo identificar categorias recorrentes, relações e padrões nos textos revisados, de forma a sustentar a reflexão crítica sobre as experiências pedagógicas analisadas.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa contemplou a análise de dois casos concretos, selecionados por sua relevância pedagógica e pela disponibilidade de informações detalhadas sobre experiências de educação urbana voltadas para crianças. A análise considerou suas características, estratégias pedagógicas e impactos na formação cidadã dos alunos, possibilitando estabelecer relações com os conceitos teóricos estudados e avaliar a aplicabilidade prática das propostas. Assim, ao integrar pesquisa bibliográfica e análise de casos concretos, a metodologia fornece subsídios para refletir sobre os potenciais e limitações das práticas, servindo como referência para que outros pesquisadores compreendam o percurso

metodológico adotado e realizem novas análises sobre o tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Historicamente, as cidades surgiram da necessidade do homem estabelecer-se em um local fixo, passando de nômades, que viviam constantemente trocando de lugar para sobreviver, para sedentários, que permanecem em um local e cultivam ali os meios que necessitam para sobreviver. Essa nova relação do homem com a natureza veio atrelada a uma necessidade de organização política e social, afinal, era necessário que houvesse um domínio sobre o local e uma gestão sobre a produção (Rolnik, 1988).

Carlos (2008) destaca que o mundo é constantemente criado e recriado a partir das relações estabelecidas pelo homem com a natureza e do modo como ele se constitui enquanto indivíduo. Nesse processo, o ser humano não apenas constrói o mundo, mas também elabora formas de compreendê-lo e expressá-lo como uma possibilidade aberta de transformação.

O entendimento da correspondência entre o homem e a produção das cidades é crucial para entender seu papel enquanto criador do seu próprio futuro, e não deve ser esquecida em meio ao aparente caos que a vida urbana contemporânea apresenta. O homem produz o meio em que vive ao mesmo tempo em que é produto desse contexto. Pesavento (2020, p.213) reflete que “renovar e reabilitar, jogando, desde o presente, as dimensões do passado e do futuro de uma cidade, seria uma outra forma de exercer a cidadania, entendendo que habitar a cidade implica dotar seus habitantes deste direito de usufruir vários tempos”.

Todas as atitudes tomadas no momento presente acarretam em consequências no futuro, podendo ser boas ou ruins, de acordo com as decisões do sujeito da ação. Ter a consciência de que existirão gerações impactadas pelas escolhas tomadas hoje, é fundamental para refletir sobre o papel individual de cada um nessa construção.

Carlos (2008) pondera que refletir sobre a construção de uma cidade mais humana e de um “novo urbano” implica superar a ordem econômica, social, jurídica, política e ideológica vigente, por meio da participação ampla da sociedade brasileira. Para o autor, a ampliação dos espaços de representação, o fortalecimento dos sindicatos e dos partidos autênticos, bem como as conquistas democráticas, configuram-se como condições fundamentais para o avanço rumo a uma nova sociedade.

Dessa forma, a autora destaca a democracia como elemento essencial para a mudança da sociedade, com todos os indivíduos tendo igual direito de participar das decisões políticas e lutar pelos seus direitos. No entanto, as cidades apresentam uma desigualdade socioespacial, que conflita com essa noção de igualdade de direitos de participação política. Segundo Carlos (2008, p.23), “o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória.

A desigualdade espacial é produto da desigualdade social”. Devido às diferenças de ocupação e deslocamento, alguns bairros e ruas apresentam mais movimento que outros, impactando também a qualidade da sua infraestrutura e no valor do seu solo. Na verdade, um fator influencia o outro o tempo todo, e o que se tem de comum entre eles é a busca constante do lucro. Assim, Harvey (2012, p.73) expõe que “apesar de tudo, vivemos num mundo onde os direitos da propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito”.

Buzzar, Martin e Ribeiro (2020) confirmam que a compreensão das desigualdades presentes na cidade explica a perpetuação da segregação socioespacial presente nas urbes. As populações com menores condições financeiras vivem em partes desvalorizadas da cidade, em conjunturas precárias de habitação, mobilidade urbana, transporte público, acesso à educação, saúde, lazer, cultura, entre outros.

Dessa forma, “esta permanece sem acesso ou com acesso precário aos serviços e benefícios urbanos, assim como aos espaços de decisões das cidades, dificultando a participação democrática no processo de gestão das cidades” (Buzzar; Martin; Ribeiro, 2020, p.5). A cidade é palco de diversidades e devem ser garantidos os mesmos direitos a todos os habitantes, considerando suas especificidades e diferenças, reforçando, mais uma vez, a importância de uma gestão democrática (Cavalcanti, 1999).

A Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001, s.p.).

Apesar da existência da normativa, a crescente expansão urbana das cidades nem sempre vem acompanhada de boa qualidade de vida para seus habitantes, com problemas na mobilidade urbana, carência de espaços de cultura e lazer, trabalhos mal remunerados, moradias

precárias, hospitais com baixa infraestrutura etc. Em meio a isso, grande parte da população urbana acaba exercendo suas atividades cotidianas de forma automática, sem questionar ou refletir sobre o funcionamento da cidade e os agentes que comandam as disputas de interesses que ocorrem. Os problemas geralmente são mais perceptíveis e comentados, mas falta à população reconhecer seu direito a participar das decisões tomadas na urbe.

Segundo Harvey (2008, p.74), o Direito à Cidade “é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade”. Para reforçá-lo, a educação urbana faz-se extremamente necessária, por se tratar de um conjunto de programas e ações que busca reativar os papéis dos cidadãos e do governo em suas responsabilidades com a urbe. Dentro dessa perspectiva, Rangel, da Costa e Gomes (2022, p.3) refletem: “as parcelas desamparadas e omitidas da população, tem direito a urbe em que vivem, e devem contribuir na construção de espaços mais inclusivos e democráticos”.

Apesar disso, o tema ainda não é muito difundido, conforme levantam Buzzar, Martin e Ribeiro (2020, p.3): “Para reivindicar direitos e se apropriar da cidade é necessário conhecê-la, em suas complexidades, contradições e potencialidades. Entretanto, na realidade brasileira, a carência dessa temática na educação formal prejudica a formação cidadã”. Maricato (2002, p.4) relaciona a carência citada anteriormente ao termo “analfabetismo urbanístico”, apontando que:

Para erradicar o analfabetismo urbanístico seja na chamada sociedade civil, seja entre técnicos e administradores é preciso resgatar o tema do estreito círculo dos urbanistas e ampliar o vocabulário para além do hermético “urbanês”. É preciso evidenciar, para as camadas populares, as estratégias das classes sociais na produção e ocupação do espaço, ou seja, nada aí é natural ou fruto do acaso. Junto aos técnicos (especialmente junto aos economistas) e políticos é preciso evidenciar o alto custo que decorre da irracionalidade na ocupação predatória e extensiva do solo urbano.” (Maricato, 2002, p.4).

Ainda, reconhece-se o Arquiteto e Urbanista como importante agente transformador dessa realidade, pois é dotado da informação técnica necessária para propiciar informações à população. Esses profissionais, ao se preocuparem em transmitir esse conhecimento de forma acessível, tornam-se grandes facilitadores no processo de “alfabetização urbanística”, levantado pela autora.

Buzzar, Ribeiro e Martin (2020) ressaltam que a educação urbana desempenha um papel central na formação da cidadania e no reconhecimento do direito à cidade, ao estimular o interesse pela compreensão da dinâmica urbana e das relações sociais que nela se estabelecem.

Para os autores, trata-se de um processo coletivo, que deve evitar a naturalização das injustiças sociais, de modo que apenas uma sociedade democrática e participativa é capaz de se manifestar de forma consciente na cidade que constrói.

Assim, os autores associam o desconhecimento das noções de direito à cidade com a desigualdade socioespacial e socioeconômica presentes no território retomando os pensamentos de Harvey (2008, p.81), que infere que “a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana.” Diante desse cenário, os valores humanos aparentam estar invertidos, uma vez que bens materiais supérfluos à existência humana são mais apreciados e requeridos que as próprias necessidades fisiológicas, sociais e de segurança da população em geral. O acúmulo de capital é o principal foco, sacrificando nesse processo vidas humanas que lutam diariamente para tentar garantir o mínimo para sobreviver.

Viver em sociedade significa respeitar a liberdade individual e ter a sua própria liberdade respeitada, garantindo a todos o mínimo de dignidade possível. O que é percebido no contexto urbano é que, no sistema capitalista em que se está inserido, o que prevalece sempre é o lucro em detrimento de dotar a população de condições de qualidade na perspectiva da mobilidade, do trabalho, da infraestrutura urbana, entre outros. Nesse contexto, Lefebvre (1968, p. 106) reflete:

Enfim, a necessidade de cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir os horizontes. As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro? Não seria também um tempo desses encontros, dessas trocas? (Lefebvre, 1968, p. 106).

Dentro desse mesmo cenário, Rangel, da Costa e Gomes (2022, p.12 e 13) refletem que “Em um sistema capitalista no qual o lucro prevalece sobre os direitos sociais, o diálogo da população com os gestores fica cada vez mais distante e a participação social tem sido muitas vezes deixada em segundo plano”. O que acontece na prática é que a maioria das pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica não tem acesso à educação de qualidade e enfrenta dificuldades em conquistar o mínimo que satisfaça suas necessidades fisiológicas e as de seus entes.

Em meio a esse cenário, não consegue garantir boa educação, o que configura um ciclo

que nega a liberdade e a dignidade das pessoas. Enfatiza-se que o acesso à informação que poderia dotar essa parte da sociedade de poder para a mudança da sua própria realidade, ao criar autonomia para participar das decisões sobre as políticas públicas que são adotadas em seu território, não acontece. Segundo Veronese e Vieira (2003, p.99), “(...) a educação leva à consciência da opressão sofrida e possibilita, desta forma, o desenvolvimento de práticas emancipatórias”. Assim, os autores refletem sobre a falta proposital de políticas educacionais satisfatórias e eficientes.

Nessa perspectiva, percebe-se a urgência em dotar a população como um todo acerca dos conhecimentos urbanísticos, dos seus direitos e deveres na construção de cidades mais humanas, garantindo melhor qualidade de vida para todos. Corroborando a esse pensamento, Reis e Cruz (2018, p.195) refletem que:

É preciso parar, fechar os olhos e ver. Recuperar a lucidez, resgatar o afeto diante da pressão dos tempos e do que se perdeu: o que realmente somos, humanos na cidade. A desumanização do humano o faz tornar-se incapaz de enxergar com sensibilidade. É um sintoma da alienação do homem em relação a si próprio e aos outros. É algo contagiante como a alienação provocada por toda forma de ideologia massificadora. (...) Perder a capacidade de humano é tornar-se invisível, insensível e frio no contexto da cidade. Frieza também resultante do tecnicismo, que faz com que os homens percam a consciência de si e se deformem, se massifiquem e se barbarizem, tornando-se semelhantes a objetos em movimento na cidade. E frente ao coletivo, há a interferência dos fenômenos invisíveis e massificadores como o excesso de informações desordenadas que ofusca a visão na cidade e aprisiona. (Reis; Cruz, 2018, p.195).

De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999), levar as pessoas à construção ativa de conhecimento, apropriação e valorização da sua própria herança cultural, além de possibilitar uma leitura crítica do local em que se está inserido reforça o processo de preservação sustentável, fortalecendo os sentimentos de identidade e cidadania. Soares (2020 apud Prata, 2020, p.17) destaca que “Ninguém ama aquilo que não conhece. O processo de autoestima de um povo começa, quando ele passa a ter conhecimento das suas tradições culturais e se vê inserido neste contexto de uma cidadania plena”.

Para criar conexões com o lugar, é necessário conhecê-lo. Ao estabelecer essas ligações, é possível esperar que a sua defesa aconteça. Ao se pensar em um lugar favorito na cidade, independente do motivo que for, seja ele por algum elemento estético, físico, simbólico, por algum acontecimento marcante, por ser um local de passagem ou permanência frequente, dá-se a ele uma importância e significado para ter sido lembrado. Logo, sua destruição ou

descaracterização traz um sentimento de tristeza e um vazio irreparável em uma memória afetiva relevante. A destruição de elementos e construções que não são conhecidas e valorizadas não provocariam essa mesma sensação. É nesse sentido que se torna fundamental educar os habitantes da cidade, apresentar sua cultura, sua história, suas construções, construir um olhar crítico acerca dos problemas, mas ao mesmo tempo afetivo para os elementos que a constituem.

Torino (2013) reflete que o conhecimento que temos sobre nós mesmos e sobre o mundo está profundamente ligado ao passado, de onde se resgatam as memórias que garantem a vitalidade e a identidade cultural. Nesse sentido, a preservação de um bem ocorre diante da percepção de uma ameaça à sua continuidade, seja por sua relevância para a vida e memórias individuais, seja por sua importância para um grupo social específico.

Nessa mesma perspectiva, Assumpção e Castral (2022) também destacam ser essencial a formação de um vínculo identitário do cidadão com a sua cidade, apontando que “se identificar com um grupo de pessoas, com um lugar, com algum objeto ou com alguma prática social é se sentir pertencente, é querer preservar e manter tais identidades vivas no presente e para o futuro” (Assumpção; Castral, 2022, p.7). A cidade é resultado de uma ação coletiva, portanto também pode ser palco de esperança para a vida dos seus moradores, quando estes têm seu direito à cidade garantido e reforçado.

Conforme Harvey (2008, p.74) afirma, o direito à cidade “é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização”. Assim, cada ação individual somada em sua totalidade pode resultar numa verdadeira transformação, evidenciando, mais uma vez, o poder da participação popular nesses processos.

Gomide (2021) destaca que pensar direitos como os de cidade, educação e saúde está relacionado ao novo estilo de vida urbano, cada vez mais consolidado. Nesse contexto, a educação e a formação cidadã surgem como caminhos para a construção de cidades mais humanas, abertas ao encontro e às práticas coletivas. O autor ressalta ainda a importância de considerar o direito à cidade das crianças, frequentemente negligenciado diante da carência de liberdade, de espaços de qualidade e áreas verdes, bem como pela recorrente desvalorização de seus desejos e vozes na sociedade. É papel dos habitantes de uma cidade vivenciar o espaço de forma que esse direito continue a ser desfrutado por futuros cidadãos.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR, 2022) aponta que a inserção da educação urbana nas escolas, especialmente nos anos iniciais, pode tornar a aprendizagem mais significativa, pois aproxima crianças e jovens dos conhecimentos, metodologias e instrumentos da arquitetura e do urbanismo. Ao traduzir esse arcabouço técnico para o cotidiano, não apenas se valoriza a área, mas também se reconhece o direito de participação das crianças na construção do ambiente em que vivem, em consonância com a Convenção dos Direitos da Criança. Dessa forma, desde cedo, elas podem compreender as lógicas urbanísticas, participar de processos de planejamento e até influenciar políticas públicas em seus territórios. Nesse contexto, o arquiteto e urbanista assume um papel de mediador e educador, ampliando sua atuação em colaboração com outras áreas do conhecimento.

Nesse contexto, destaca-se que em 2018, foi desenvolvido pela Comissão de Política Urbana e Ambiental do CAU Brasil – CPUA – CAU/BR, o programa CAU Educa que constitui “um programa de educação processual e contínua para a construção de consciência urbana e ambiental dos futuros cidadãos brasileiros que hoje estão no ensino fundamental” (CAU/BR, 2022, p.3). Dessa forma, o CAU/BR defende que as crianças de hoje são os adultos de amanhã, constituindo o futuro do país.

Trevisan (2012) reflete que tanto a escola quanto a cidade se configuram como espaços de socialização que, além do aspecto educativo, também cumprem um papel político. Neles, a criança tem acesso a diferentes formas de percepção e conhecimento do mundo, constrói sua identidade e desenvolve competências como negociação, liderança e influência, habilidades que se tornam essenciais nos processos políticos de tomada de decisão.

Pensar em um adulto que foi formado desde cedo com a consciência dos seus direitos e deveres na cidade e com conhecimentos acerca das temáticas urbanas, é um gatilho de esperança para que individualmente ele tome atitudes e ações em prol de uma melhoria em sociedade. Conhecer é fundamental para agir com coerência. Gomide (2021) ressalta que, na formação inicial de cidadãos voltada para uma cidade mais humana, é essencial oferecer ambientes que estejam livres de pressões que inibam a criatividade infantil. Para o autor, estimular a sensibilidade, o olhar crítico, a reflexão e a cooperação das crianças é um passo urgente para transformar as cidades e promover uma melhor qualidade de vida para todos.

Corroborando a essa ideia, Dalmaz e Netto (2004, p.30) refletem “somos seres com história, construímos nossa identidade através de um processo que mescla as experiências

vividas no ambiente e as nossas vivências interiores”. Assim, pode-se reconhecer da forma que se é pelo que se aprende e se lembra. Sem memória, não é possível existir história, pois a relação entre ambas sustenta o passado, conduzindo a identidade social e coletiva de um povo das origens até a atualidade. Essa identidade pode ser entendida como um conjunto de aspectos que, ao longo do tempo, foram apropriados por determinada sociedade, gerando o sentimento de pertencimento (Pedroso, 2019).

Segundo Prata (2020, p.164) “uma sociedade que não guarda suas memórias, que desconhece sua história e que não zela por seus patrimônios, não sabe quem realmente é”. Nesse sentido, a autora reflete que para amar, é preciso conhecer, pois o vínculo formado pela memória possibilita o reconhecimento como sujeito da própria história, gerando direitos e também deveres, reforçando o caráter afetivo da memória.

Dalmaz e Netto (2004, p.30) abordam a memória sob uma perspectiva da neurociência, de forma a compreender o que acontece no cérebro durante esse processo:

Os neurônios são células especializadas, cuja principal função é comunicar-se com outros neurônios e com os órgãos que realizam as ações (como os músculos e o coração); em consequência do processamento de uma fantástica quantidade de informações, a atividade integrada dos neurônios determina e modula o comportamento dos indivíduos. A capacidade dos neurônios de se transformar e de adaptar sua estrutura em resposta às exigências ambientais (externas) ou internas é chamada de plasticidade neural. Foi no início do século passado que o anatomista Ramón y Cajal formulou a hipótese de que a eficácia das conexões sinápticas (áreas de contato funcional entre os neurônios) não é fixa, porém plástica e modificável. Ele postulou que a força sináptica pode ser modificada pela atividade neural e sugeriu que o aprendizado poderia utilizar essa plasticidade através do desenvolvimento de novos processos sinápticos. (Dalmaz; Netto, 2004, p.30).

Dessa forma, os autores afirmam que as experiências que vivemos estimulam a nossa plasticidade cerebral, concluindo que as vivências ao modificarem as sinapses no sistema nervoso modificam também comportamentos. Lembrar implica num processo ativo de reconstrução. Entende-se que, sempre em que se lembra algo, adiciona-se uma nova informação àquele arquivo de memória.

Porém, Dalmaz e Netto (2004) apontam que as memórias não são armazenadas integralmente nem permanentemente, consistindo no fenômeno do esquecimento. Os conhecimentos são normalmente generalizados e abstratos, ao invés de retidos literalmente, e isso faz parte da fisiologia do cérebro. Entretanto, é possível melhorar o armazenamento da memória e a sua evocação, além de constantemente reforçar as lembranças, quando o conteúdo

aprendido é relacionado com a emoção. É mais fácil recordar eventos mais atrelados às emoções, pois elas melhoram a memória declarativa, que está relacionada com fatos, ideias e eventos.

O ambiente escolar é propício para trabalhar as diversidades com carinho e atenção, reconhecendo a legitimidade de cada ser, com suas diferenças e singularidades numa perspectiva de afeto nas relações pedagógicas. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR, 2022) argumenta que as fases iniciais da infância são fundamentais para a construção da consciência voltada às boas relações humanas, ao respeito ao próximo e ao cuidado com as cidades e com a natureza. Nesse sentido, fundamentar a educação nas relações socioespaciais contribui para formar uma sociedade futura mais comprometida com a generosidade e o cuidado em relação aos bens comuns, sejam eles ambientais ou culturais.

Dentro dessa mesma perspectiva de inclusão, afeto e reconhecimento das individualidades, Barreto (2024, p.10) reflete “Com a mediação adequada e a valorização da autonomia dos alunos, é possível proporcionar um ambiente educacional mais inclusivo e transformador, onde todos os alunos têm a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial”. Reconhece-se, assim, que trabalhar o processo educacional sobre o tema da cidade voltado às crianças dentro de uma perspectiva inclusiva e afetiva pode potencializar seu desempenho.

Embora o debate apresentado evidencie a importância da participação cidadã, da educação urbana e da preservação da memória e identidade das cidades, é fundamental compreender que a construção de uma cidade de qualidade não depende apenas de intenções e valores sociais. A forma como o espaço urbano é organizado, planejado e fiscalizado possui papel central nesse processo. Não são apenas os grandes edifícios que moldam o ambiente urbano, mas também os loteamentos irregulares, as ocupações ilegais e a ausência de fiscalização adequada, que comprometem a oferta de áreas verdes, parques e espaços de convivência.

As decisões técnicas sobre mobilidade, hierarquia viária, infraestrutura e ordenamento territorial têm impacto direto na vida cotidiana dos habitantes e na distribuição equitativa dos recursos urbanos. Assim, a construção de cidades mais humanas, inclusivas e sustentáveis depende da articulação entre consciência cidadã, educação urbana e rigor técnico no planejamento e gestão do território, permitindo que cada ação seja pensada tanto para o presente quanto para as gerações futuras.

Para possibilitar a análise concreta das reflexões discutidas nesta seção, são examinados a seguir dois casos específicos de educação urbana voltada para crianças. Esses casos foram selecionados por sua relevância pedagógica e pela disponibilidade de informações detalhadas sobre suas experiências, permitindo investigar de forma objetiva suas características, estratégias e impactos na formação cidadã dos alunos. A análise desses exemplos estabelece conexões diretas com os conceitos teóricos abordados, demonstrando como a educação urbana pode ser aplicada na prática e avaliando a efetividade das propostas discutidas.

3.1 Experiência pedagógica sobre a cidade: Jornada do cidadão ninja

Essa proposta foi elaborada no projeto de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Letícia Mastrela Gomide e consiste em um plano de ensino urbanístico, em forma de jogo, direcionado a estudantes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, objetivando inserir a educação urbana nas escolas.

Gomide (2021) descreve que a metodologia adotada em sua pesquisa combinou revisão bibliográfica, observações, entrevistas e trabalho de campo. As leituras abrangeram temas como o processo de urbanização nas cidades brasileiras, o direito à cidade, a educação básica, a ludicidade e a gamificação, que serviram como base para a elaboração de um plano de ensino composto por oito planos de aula integrados a uma “jornada do herói” para engajar os alunos. Durante a aplicação, foram realizadas observações com turmas do 4º ano do CEPAE-UFG, além de entrevistas com professores de Pedagogia e Design Gráfico. Ao final, um dos planos de aula foi efetivamente implementado, concretizando a experiência de campo.

A autora elaborou o plano a partir das reflexões teóricas levantadas na pesquisa bibliográfica, e fundamentando-se nas habilidades esperadas pela Base Nacional Comum Curricular aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foi proposto um material a ser trabalhado de forma contextualizada ao cotidiano da criança, dividindo os temas por semanas, simulando o que aconteceria em uma disciplina com duas aulas semanais.

Gomide (2021) explica que a “Jornada Ninja” inicia-se com a apresentação de duas realidades urbanas distintas: uma cidade hostil, caótica e insalubre, e uma hipótese de cidade acolhedora, acessível e agradável. O objetivo é engajar os alunos na transformação da cidade, por meio da aquisição de habilidades que os qualificam como “cidadãos ninja”. Cada tema abordado corresponde a uma habilidade específica, e a realização de atividades complementares permite que o aluno complete três níveis, recebendo um adesivo que simboliza a habilidade

conquistada. Essas atividades são registradas em um caderno de jornada, disponibilizado à escola para impressão e uso nas aulas.

Sobre a cartela de adesivos, a autora explica que elas “possuem objetos presentes no cenário representado no mapa (...). Contudo, cada objeto referente à habilidade só é disponível caso a criança faça as atividades.” (Gomide, 2021, p.57). A cartela de adesivos apresentada na Figura 1 a seguir:

Figura 1 - Cartela de adesivos da “Jornada Ninja”



Fonte: Gomide (2021).

A autora dividiu o percurso em sete semanas, estruturando o “Mapa da Jornada Lúdica”, que organiza as etapas e atividades propostas ao longo da intervenção. Para iniciar a jornada, o tema seria apresentado aos alunos, que montariam seus cadernos individuais, com a personalização da capa e a criação de seus avatares. O plano elaborado pela autora contempla os materiais necessários e as orientações para a realização da atividade e confecção dos cadernos. O mapa da jornada e o plano referente à atividade inicial podem ser observados nas Figuras 2 e 3, respectivamente.

Figura 2 - Mapa da “Jornada Ninja”



Fonte: Gomide (2021).

Figura 3 - Plano para o 1º Encontro da “Jornada Ninja”

1º SEMANA - MORFOLOGIA URBANA

A atividade tem como tema a paisagem urbana e as mudanças da cidade ao longo do tempo, a proposta central busca ampliar a observação e o conhecimento de possíveis morfologias urbanas, além de estimular a imaginação de novas realidades. Primeiramente, propõe-se a exibição de um vídeo explicativo, produzido para esta atividade, a fim de apresentar alguns conceitos estudados na Morfologia Urbana. Nas atividades, será abordado o resgate das memórias afetivas criadas na cidade, o incentivo à imaginação de novas possibilidades e reconhecimento dos edifícios históricos locais. A partir da inserção do tema nas disciplinas é possível provocar debates relacionados à verticalização das cidades, a ação do homem no meio ambiente, conforto ambiental, patrimônios arquitetônicos, entre outros.

Habilidades da BNCC:

História: (EF04HI03) Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente.

Geografia: (EF04GE11) Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas.

PASSO A PASSO

Materiais necessários:

- __Projeto e caixa de som
__Impressão das folhas de atividades
__Materiais para colorir.

Inserção nas disciplinas:

Na disciplina de História, a morfologia urbana é um tema que pode ser inserido após os temas de nascimento das cidades e cidades planejadas. Conjuntamente com o tema de urbanização e crescimento das cidades.

Na disciplina de Geografia, a morfologia urbana pode ser apresentada como um tema que abre a discussão sobre o processo de urbanização e as ações antrópicas, em relação à cidade e ao meio ambiente; sobre o processo de disposição das construções, e as escolhas e leis que determinam as formas das cidades, abordando conjuntamente diferentes mapas.

Orientações:

Apresente o tema “Morfologia Urbana: toda cidade tem a sua forma” para os alunos e em seguida exiba o vídeo explicativo.

Após o vídeo, iniciar a leitura do texto das folhas de atividades para melhor reforço do tema e dos conceitos apresentados ou compartilhar os slides propostos com o texto reduzido e algumas imagens para apresentar e analisar diferentes contextos e morfologias urbanas com as crianças.

Terminado a leitura, abra espaço para a discussão com algumas perguntas orientadas: O que é urbano? E o que é morfologia? - para reforçar um novo conceito e palavras novas. Como é a morfologia do bairro da escola ou de onde moram? Quais são os lugares preferidos nesses bairros? Estimulando as memórias afetivas relacionadas às sensações que os locais causam. Tem muito barulho? É fresco? Conseguem lembrar de edifícios que fazem parte da história da cidade?

Se a leitura do texto for por meio dos slides, após a leitura e as perguntas orientadas, apresentar a sequência de fotos estimulando o olhar para os detalhes de cada realidade urbana e estilo arquitetônico. Primeiro trata-se da Cidade de Goiás - GO, uma cidade interiorana colonial, a segunda Manaus - AM, em uma região de casas de palafitas às margens do rio negro, a terceira São Paulo-SP, uma metrópole com diversas morfologias verticais, e a segunda uma rua de bairro de caráter residencial em Goiânia-GO, ainda com morfologia predominantemente horizontal, mas que possui diferenças significativas em relação às casas coloniais, em relação à fachada, distanciamento, tipo de pavimento, etc.

Em seguida, orientar os alunos nas atividades propostas no caderno de jornada. A primeira é reforçar os conceitos com o glossário.

Orientar e estimular as lembranças das formas dos lugares onde eles se

1º ENCONTRO - APRESENTAÇÃO

O objetivo dessa primeira aula é apresentar a temática aos alunos, junto à narrativa da jornada do cidadão ninja. Em seguida, iniciar a confecção dos cadernos de jornadas individuais, e estimular a estilização tanto da capa, quanto do avatar, para o início da experiência gamificada.

Materiais necessários:

- __ Folhas A4 coloridas para a capa
- __ Mapa da jornada impresso em A3
- __ Folhas do livro de jornada impressas no A4
- __ Lapis coloridos
- __ Grampeador ou Cola

Orientações:

Iniciar a aula apresentando a temática Educação Urbana, inicialmente indagando se os alunos imaginam o que seja, se sabem a importância.

Em seguida, iniciar uma leitura coletiva do texto com a narrativa das duas cidades de forma impressa ou por apresentação de slides.

Após a leitura, explicar a dinâmica gamificada: para eles se tornarem um ninja, vai ser preciso realizar todas as atividades complementares do caderno de jornada. Após a realização delas, o professor irá dar o visto e dar a cada um, um adesivo correspondente. Eles ganharão vários adesivos representando as etapas para colarem no próprio caderno.

Apresentar o mapa da jornada ninja e entregar as folhas impressas do livro de jornada. Orientar os alunos a escolherem a cor preferida para a capa, escreverem as informações iniciais no caderno e estilizar como quiserem.

* O mapa e o caderno de jornada estão expostos no capítulo 5.

Era uma cidade pouco engraçada, sem zelo à vida, acinzentada.

Imagine que você viva numa cidade onde as pessoas não têm um lugar para morar. Algumas moram embaixo das pontes, nas praças e em construções improvisadas. Imagine também que é difícil andar pela cidade, e quando é necessário ir para lugares mais distantes você tem dificuldades com o transporte coletivo. Imagine que por causa de uma vontade de construir grandes edifícios, as árvores, parques e lagos foram esquecidos. Imagine também que o lixo recolhido de todas as casas, comércio e hospitais estão acumulados nas ruas. E por fim imagine que você não consegue reclamar para ninguém sobre essa questão, e o pior, você paga para que tudo isso não aconteça.

Talvez a cidade que estamos imaginando tenha algumas características que a cidade onde você mora também tem. Agora imagine que tudo pode ser diferente:

Uma cidade muito engraçada, com muito verde, toda encantada.

A cidade que mencionamos, e a sua cidade, pode ser agradável, com um bom sistema de transporte público, com ruas e calçadas acessíveis, com o meio ambiente sendo respeitado, com praças, parques e jardins - além do lixo ser recolhido de forma correta. E o principal: as pessoas vivem em casas confortáveis e seguras.

Mas como? Você pode ser um dos autores dessa mudança e ajudar a transformar a sua cidade.

Vamos começar uma jornada em busca do treinamento de cidadãos ninjas, para que possam adquirir habilidades e conhecimentos, e assim, promover as mudanças necessárias para uma nova cidade.

Para começar a nossa jornada, precisamos preparar o nosso caderno! A cada etapa concluída você adquire uma habilidade capaz de no final dar a você os poderes que te farão um cidadão ninja. Vamos começar?



CONFECÇÃO DO CADERNO

passo a passo ilustrativo



fig.1



fig.2



fig.3



fig.4



fig.5

APRESENTAÇÃO DO CIDADÃO NINJA



Aponte a sua câmera de celular para o QRcode

Fonte: Gomide (2021).

A 1ª semana da Jornada Ninja contemplou o tema Morfologia Urbana, inserido nas disciplinas de História e Geografia, tendo a bússola como símbolo da atividade, por representar um elemento de orientação e guia. A 2ª semana abordou o tema Observação do Entorno, inserido na disciplina de Artes, utilizando como símbolo os “olhos especiais”, em referência ao desenvolvimento de um olhar mais atento e aguçado sobre o ambiente. Os planos das atividades desenvolvidas podem ser observados nas Figuras 4 e 5, respectivamente.

Figura 4 - Plano para a 1ª Semana da “Jornada Ninja”

sentem bem, que acham bonitas e legais, dos parques e áreas verdes que frequentam ou gostariam de frequentar. No terceiro nível, chamado desafio, o propósito é passar uma pesquisa para os alunos realizarem em casa sobre os edifícios históricos da cidade, descrevendo a história e a sua importância para a cidade, sua função e em seguida, estimulando o desenho de sua forma. De acordo com cada disciplina, a ideia é que o professor acrescente perguntas que estimulem reflexões críticas ao processo de desenvolvimento das cidades para as crianças. Ao término de todas as atividades o professor disponibiliza os adesivos para completar a primeira habilidade ACESSO PARA O VÍDEO EXPLICATIVO  Aponte a sua câmera de celular para o QRcode Link para o vídeo na plataforma Youtube: https://youtu.be/Sk745TZa8I	ACESSO PARA A APRESENTAÇÃO DE SLIDES  Aponte a sua câmera de celular para o QRcode ACESSO PARA A FOLHA DE TEXTO  Aponte a sua câmera de celular para o QRcode A BÚSSOLA O símbolo escolhido para essa etapa foi a bússola pelo caráter de "guia". Foi relacionado ao fato de que é preciso entender alguns conceitos do urbanismo primeiro, para então, se iniciar a jornada. 
---	---

Fonte: Gomide (2021).

Figura 5 - Plano para a 2ª Semana da “Jornada Ninja”

2º SEMANA - OBSERVAÇÃO DO ENTORNO A atividade tem como proposta o estímulo à observação da paisagem urbana da vizinhança através de um passeio no entorno da escola, identificando características morfológicas, movimentações, pontos de encontros, etc. e a posteriori promover uma leitura, em sala de aula, de um poema de Cora Coralina. Habilidades da BNCC: Geografia: (EF04GE11) Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas. História: (EF04HI03) Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente. Sugestão de inserção de disciplina para a semana do passeio: ARTES: Confecção de Binóculo de papel higiênico para o passeio da turma. Material necessário: 2 rolos de papel higiênico, tintas, cordão, tesoura sem ponta, e cola. PASSO A PASSO Materiais necessários _Impressão da folha de texto Orientações: Durante o passeio, estimular a observação de detalhes da paisagem, dos estilos arquitetônicos, lugares mais movimentados, possíveis problemas de infraestrutura e pedir para escolherem algum detalhe especial para cada um, algo que nunca tinham reparado, etc. Em sala de aula, promover a leitura da folha de atividades com o poema de Cora Coralina, se atentando para o olhar sensível à sua cidade, para a demora em observar suas ruas, a vida urbana interiorana, que possibilitou a transformação da observação em arte, poema.	A primeira atividade do caderno, consiste no glossário com algumas palavras do poema, logo, estimular a pesquisa destas. Elencar alguns pontos históricos importantes da cidade e ao final estimular o desenho de um mapa afetivo que pode ser referenciado como se fosse o "mapa turístico" de uma cidade e instigar um desenho de como seria o mapa da cidade de acordo com os lugares preferidos de cada criança. No desafio, orientar e estimular a produção de um poema, inspirado no bairro de morada da criança ou da escola, junto a um desenho. De acordo com cada disciplina, a ideia é que o professor acrescente perguntas que estimulem reflexões críticas ao processo de observação e transformação da cidade para as crianças. ACESSO PARA A FOLHA DE TEXTO  Aponte a sua câmera de celular para o QRcode OLHOS ESPECIAIS O símbolo escolhido para essa etapa foram olhos especiais. A referência foi o anime Naruto, no qual alguns ninjas possuem estilos diferentes de olhos, cada um com um poder. A relação do símbolo ao poder adquirido é o da observação aguçada. 
--	--

Fonte: Gomide (2021).

O tema da Mobilidade Urbana foi escolhido para trabalhar na 3ª semana, inserindo-se na disciplina de História, e admitindo como símbolo os “sapatos especiais” se relacionando a um caminhar confortável e seguro. A Figura 6 a seguir compreende o plano relativo a esta semana:

Figura 6 - Plano para a 3ª Semana da “Jornada Ninja”

3ª SEMANA - MOBILIDADE URBANA

A proposta deste tema é despertar as crianças para as variadas formas de se mover na cidade, os custos e suas problemáticas. A mobilidade urbana é uma questão que impacta muito a qualidade de vida de todos os habitantes, e explorar as possibilidades coletivas, acessíveis e sustentáveis é essencial para exercer o direito de ir e vir de todos. Na primeira aula da semana trabalha-se o texto, e na segunda aula, os grupos de alunos apresentam a pesquisa relacionada aos transportes públicos sustentáveis.

Habilidades da BNCC:
(EF04HI03) Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente.
(EF04HI06) Identificar as transformações ocorridas nos processos de deslocamento das pessoas e mercadorias, analisando as formas de adaptação ou marginalização.

PASSO A PASSO

Materiais necessários
_ Impressão das folhas de texto
_ Materiais para colorir.

Orientações:
Inicialmente, promover a leitura do texto com os estudantes.

Estimular as crianças a pensarem o trajeto de casa-escola e pedir para elaborarem um desenho que represente esse trajeto. Ajudar a pensarem algumas referências que elas lembram deste trajeto - se faz muitas curvas, se passam por avenidas, ciclovias, praças, etc, e como elas fazem esse deslocamento (Se é à pé, ônibus, moto...)

Orientar as atividades complementares do caderno de jornada. Em relação a segunda pergunta do nível 2, o ideal é que se faça em sala de aula, pois é um conjunto de operações relacionadas ao custo do trajeto de casa para a escola de cada um. Orientar o preço do litro de gasolina, a média de km gastos com um litro relacionado ao carro e moto e o preço de uma passagem de transporte coletivo.

Em seguida, orientar as operações de multiplicação, relacionadas à semana e depois, ao mês.

Dividir grupos em torno de 5 alunos, para a pesquisa do desafio do caderno de jornada, e posteriormente, na segunda aula da semana, eles apresentarão.

ACESSO PARA A FOLHA DE TEXTO



Aponte a sua câmera de celular para o QRcode

SAPATOS ESPECIAIS

O símbolo escolhido para essa etapa foram sapatos especiais. Nesta atividade, o pedestre e o caminhar pela cidade é valorizado, logo é necessário um calçado para as andanças ficarem mais confortáveis e seguras.



Fonte: Gomide (2021).

A 4ª semana trabalhou o tema Conforto Ambiental, no qual a autora escolheu o kimono como símbolo, representando um acessório de proteção corporal. Segundo o plano desta atividade, a proposta se insere nas disciplinas de Geografia e História (Figura 7). A 5ª semana abordou atividades relacionadas aos resíduos sólidos urbanos, também inseridas na disciplina de Geografia, tendo como símbolo a “mochila recicla d’tudo” (Figura 8). Já a 6ª semana trabalhou questões relacionadas à estrutura política municipal e à participação cidadã, atribuindo o símbolo do megafone como representação do poder das vozes dos cidadãos na transformação da cidade (Figura 9).

Figura 7 - Plano para a 4ª Semana da “Jornada Ninja”

4º SEMANA - CONFORTO AMBIENTAL

Refletir sobre as variadas sensações térmicas, luminicas e acústicas sentidas em diferentes lugares onde se vive, colabora na compreensão de um ambiente urbano de qualidade. A proposta de trabalhar o tema em sala é apresentar a importância de uma eficiente arborização urbana, ventilação, iluminação e como devemos aproveitar os materiais e entender o clima local para construirmos um ambiente confortável e seguro.

Habilidades da BNCC:

Geografia: (EF04GE10) Comparar tipos variados de mapas, identificando suas características, elaboradores, finalidades, diferenças e semelhanças. (EF04GE11) Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas. História: (EF04HI03) Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente.

PASSO A PASSO**Materiais necessários:**

- _ Equipamentos para a projeção dos slides
- _ Materiais para colorir.

Orientações:

Iniciar a aula apresentando a temática Conforto ambiental urbano e instigar sobre o que as crianças acham que seja isso.

Iniciar uma leitura coletiva do texto dos slides. No momento das figuras explicativas da ventilação, pausar e instigar as crianças a analisarem a ventilação da sala ou de onde estiverem. Acrescentar os problemas de saúde que pode se ter, se vivermos em ambientes insalubres, ou muito desconfortáveis, como a saúde mental também.

Ao final, debater quais lugares na cidade e em casa que eles mais gostam de ficar.

No momento do exemplo, orientar aos alunos a percepção das entradas e saídas de vento possíveis neste edifício. Como: as janelas na parte de baixo que recebem o vento e a aberturas na parte de cima do telhado, por onde sai o vento mais quente do ambiente; o uso da iluminação natural, que além de trazer conforto visual, é uma solução econômica; Os brises que bloqueiam as entradas de luz de forma direta no ambiente; E o uso da natureza, como as árvores e o espelho d'água que pode trazer conforto térmico e tranquilizar quem utiliza o espaço.

ACESSO PARA A APRESENTAÇÃO DE SLIDES



Aponte a sua câmera de celular para o QRcode

KIMONO

O símbolo escolhido para essa etapa foi o kimono. Nesta atividade é discutido o conforto ambiental. Diante disto, foi pensado a possível relação com a vestimenta, já que é um acessório de proteção corporal. A escolha do kimono foi pela temática ninja da experiência gamificada.



Fonte: Gomide (2021).

Figura 8 - Plano para a 5ª Semana da “Jornada Ninja”

5º SEMANA - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A proposta busca a compreensão dos problemas ambientais provocados pelo excesso de consumo nas cidades e os destinos dos resíduos sólidos urbanos. A intenção é ampliar o conhecimento sobre a problemática, os destinos corretos e a análise dos próprios resíduos produzidos.

Habilidades da BNCC:

Geografia: (EF05GE11) Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência (lixões, indústrias poluentes, destruição do patrimônio histórico etc.), propondo soluções (inclusive tecnológicas) para esses problemas

PASSO A PASSO**Materiais necessários:**

- _ Equipamentos para a projeção dos slides

Orientações:

Ao iniciar a aula, apresentar a temática aos alunos, instigando o que já sabem e quais problemas urbanos ocorrem a partir dele.

Dividir grupos em torno de 4 alunos para o sorteio de 10 objetos: Chiclete, fraldas descartáveis, caderno, lâmpada, copo de plástico, caneta, borracha, esponja multiuso (de cozinha), fio dental e escova de dente.

Cada grupo ficará responsável por pesquisar quanto tempo demora cada decomposição, com o uso do celular ou algum computador acessível. Instigar a dimensão do impacto desses resíduos diariamente nas cidades.

Promover uma leitura coletiva dos slides. Abrir o debate mencionando a importância da separação dos resíduos, como deve ser feita essa separação; resgatar a memória das crianças para os resíduos que elas produzem, assim como os produzidos na escola; a importância das associações de

catadores; a degradação do meio ambiente quando os destinos não são respeitados e executados.

Ao final, orientar as atividades do caderno de jornada.

ACESSO PARA A APRESENTAÇÃO DE SLIDES



Aponte a sua câmera de celular para o QRcode

MOCHILA RECLICA D'TUDO

O símbolo escolhido para essa etapa foi uma mochila especial. Nesta atividade é discutido os destinos corretos dos resíduos urbanos, logo foi relacionado à uma mochila para o cidadão ninja separar e reciclar de forma correta.



Fonte: Gomide (2021).

Figura 9 - Plano para a 6ª Semana da “Jornada Ninja”

6º SEMANA - ESTRUTURA POLÍTICA MUNICIPAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ Reforçar o conhecimento sobre a estrutura de poder político municipal e reconhecer as responsabilidades de diferentes instituições, através de uma dinâmica na primeira aula da semana, e apresentação dos desafios do caderno de jornada na segunda aula. Habilidades da BNCC: Geografia: (EF04GE03) Distinguir funções e papéis dos órgãos do poder público municipal e canais de participação social na gestão do Município, incluindo a Câmara de Vereadores e Conselhos Municipais. (EF05GE12) Identificar órgãos do poder público e canais de participação social responsáveis por buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida (em áreas como meio ambiente, mobilidade, moradia e direito à cidade) e discutir as propostas implementadas por esses órgãos que afetam a comunidade em que vive. PASSO A PASSO Materiais necessários: _ Cartolinas _ Equipamentos para a projeção dos slides Orientações: Iniciar a aula com a apresentação da temática, instigando os conhecimentos prévios dos alunos sobre o que faz prefeitos, vereadores, associações de bairro. Dividir a turma e formar grupos, em torno de 4 alunos, para pesquisarem alguma dessas informações: função do prefeito; função do vereador; associação de bairro; o que é plano diretor. Reservar de 15 a 20 min para a pesquisa e pedir para anotarem na cartolina. Ao final, iniciar uma breve apresentação das pesquisas. Na segunda aula da semana, apresentar os slides e promover a leitura	coletiva. Abrir espaço para o debate, apresentando alguns problemas possíveis na cidade e qual secretária seria responsável, como por exemplo: buracos no asfalto, recolhimento dos resíduos sólidos urbanos, poda de árvores, limpeza urbana, incentivo aos esportes ou à cultura, etc. Orientar as atividades do caderno de jornada. ACESSO PARA A APRESENTAÇÃO DE SLIDES  Aponte a sua câmera de celular para o QRcode MEGAFONE O símbolo escolhido para essa etapa foi o megafone. Nesta atividade é explorado a participação cidadã, no qual as vozes dos cidadãos são elementares para a transformação da cidade. É preciso que cidadão ninja exercite a comunicação com a sua comunidade e o governo. 
---	---

Fonte: Gomide (2021).

Por fim, a 7ª semana consistiu em uma ação coletiva, na qual os alunos deveriam articular soluções para problemas identificados em um bairro, integrando novamente os conteúdos da disciplina de Geografia (Figura 10).

Figura 10: Plano para a 7ª Semana da “Jornada Ninja”

7º SEMANA - AÇÃO COLETIVA Estimular a autonomia dos alunos na observação de um problema do bairro onde se situam e desenvolver uma solução conjunta, podendo escolher alguma ação que pretende visibilidade ou transformação. Habilidades da BNCC: Geografia: (EF05GE11) Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência (lixões, indústrias poluentes, destruição do patrimônio histórico etc.), propondo soluções (inclusive tecnológicas) para esses problemas. PASSO A PASSO Materiais necessários _ Cartolinas _ Canetinhas e lápis coloridos. Orientações: A jornada está chegando ao fim, a partir das habilidades que os alunos adquiriram durante esse percurso. Inicie a aula com a temática: “Cidadãos Ninjas em ação” Divida a turma em grupos de 5 alunos, reserve de 15 a 20 minutos, para juntos elencarem quais questões urbanas do entorno mais os afetam, peça para que escrevam na cartolina. Abra um debate em sala, e peça para cada grupo expor os pontos escolhidos para todos. Ao final da exposição, a turma em conjunto vai escolher algum ponto em comum. Pergunte quais são as possibilidades de ação perante o problema. É mais interessante uma ação de visibilidade? uma intervenção temporária? uma carta à algum vereador ou o prefeito? A partir da escolha, montar com os alunos um cronograma de ação. Di-	vidindo na quantidade de etapas possíveis, de acordo com a realidade da turma. O desafio para as crianças no caderno é relatar essa experiência e ao final, podem desenhar e completar o novo avatar ninja completo. Como está explorado no próprio caderno de jornada, a ideia é que a jornada não acabará aqui, há muitos desafios na cidade e eles podem sempre estar atentos e usar a criatividade para o que pode ser feito.
---	--

Fonte: Gomide (2021).

A forma de organização desta proposta didática demonstra clareza e objetividade, alinhando-se aos objetivos de promover a educação urbana de forma lúdica para crianças. Ao longo da implementação da “Jornada Ninja”, observa-se que a abordagem baseada em atividades práticas, símbolos e percursos gamificados favorece o engajamento dos alunos e contribui para a construção de conhecimentos sobre a cidade, a participação cidadã e a preservação ambiental e cultural. A articulação de conceitos teóricos com atividades concretas possibilita que as crianças reconheçam o impacto de suas ações no espaço urbano e desenvolvam uma consciência crítica sobre a cidade em que vivem.

No entanto, é importante refletir sobre as limitações potenciais dessa experiência. A replicação completa da proposta pode depender da disponibilidade de materiais, tempo em sala de aula, capacitação dos professores e do interesse institucional das escolas em incorporar práticas de educação urbana em sua rotina. Além disso, o sucesso das atividades depende da interação ativa dos alunos, o que pode variar conforme o contexto sociocultural e a faixa etária. Apesar dessas limitações, os dados e observações levantados indicam que iniciativas bem estruturadas, contextualizadas e lúdicas têm potencial significativo para estimular a compreensão da cidade, o desenvolvimento de habilidades sociais e a formação de cidadãos críticos e participativos.

3.2 Experiência pedagógica sobre a cidade: A cartilha da cidade

A segunda proposta selecionada corresponde ao Projeto de Pesquisa e Extensão, intitulado “Cartilha da Cidade” do Grupo Arquítec, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, que “explora métodos de alfabetização urbana, a partir da publicação de um material didático de nome homônimo e realização de oficinas, tendo como base um jogo urbano realizado em escolas públicas” (Buzzar; Martin; Ribeiro, 2020, p.3). Entendendo a urgência em se trabalhar a educação urbana, o objetivo principal desse projeto é “fomentar esse debate e formar uma rede de educadores e interessados para, de forma colaborativa, suprir essa insuficiência e cooperar com uma educação urbana acessível.” (Buzzar; Martin; Ribeiro, 2020, p.3).

Primeiramente, o grupo responsável pelo projeto elaborou um material didático que, em seguida, foi usado em atividades e oficinas com alunos, pesquisadores, professores de creches, escolas e universidades públicas e privadas. Os principais temas urbanos trabalhados de forma ilustrada na Cartilha foram: vegetação urbana e arborização, mobiliário urbano, produção de

energia e sistemas elétricos, iluminação pública, impactos ambientais, mobilidade, resíduos sólidos, água na cidade, a água que vem dos rios e drenagem urbana.

Esse projeto foi selecionado para auxiliar a formação do produto da presente pesquisa pela relação das temáticas (tanto pela educação urbana quanto pela criação de um material didático) e também pelo enriquecimento que as experiências relatadas trouxeram para entender as possibilidades de explorar essas práticas.

Uma das vivências relatadas pelos participantes do projeto, e que também corresponde a uma proposta lúdica, foi feita em forma de jogo, justamente para “deixar essas oficinas mais dinâmicas e com maior interação entre os alunos”. O jogo intitulado “Agentes Urbanos e a Cidade Participativa” trabalha a perspectiva de que “os diversos agentes urbanos possuem um papel de busca-se uma postura participativa frente à cidade”, inspirado no jogo “World Peace Game” de John Hunter:

Tal jogo foi uma grande referência e inspiração, pois introduz problemas mundiais que deverão ser resolvidos pelos alunos, divididos em grupos que representam organizações mundiais. No caso do jogo criado pelo grupo Cartilha da Cidade, pretende-se aproximar temáticas urbanas ao cotidiano dos estudantes, portanto, adaptou-o para a escala da cidade. Em sequência, pensou-se em situações-problemas que seriam peças chaves para a dinâmica do jogo. De certa forma, todas as situações devem colocar em conflito os agentes e seus interesses específicos e, acima de tudo, ativar discussões relevantes para a formação cidadã. Dentre todos os agentes de uma cidade genérica, escolheram-se oito: Prefeitura, Câmara, Secretarias (Planejamento, Educação, Saúde, Transporte, Moradia e Meio Ambiente), Ministério Público, Associação de Moradores, Movimentos Sociais, ONG e Empreendedor Imobiliário. Para cada um dos agentes, foi confeccionada uma ficha com suas descrições. Também foi elaborada uma maquete que pudesse servir de suporte para elucidar a territorialização das situações-problemas de uma cidade genérica. A maquete representa parte de uma cidade com ruas, quadras, edificações e tem a função de um tabuleiro em torno do qual o jogo, através das Situações-problemas, se desenvolve sendo manipulada pelos participantes. A primeira versão da maquete foi elaborada em papel e uma segunda versão elaborada em MDF e madeira. (Buzzar; Martin; Ribeiro, 2020, p.9).

Como forma de operacionalizar a dinâmica proposta, foram elaboradas fichas representando os diferentes agentes urbanos participantes do jogo. A Figura 11 apresenta um exemplo de ficha desenvolvida pelos autores para a realização da atividade.

Figura 11 -: Exemplo de ficha de agente

Movimentos Sociais

Quem faz parte dos Movimentos Sociais?
Qualquer cidadão que deseje reivindicar direitos ou causas.

O que eu faço na cidade? Tento alterar práticas sociais que estão incoerentes com a ordem social para garantia de direitos.

Com quais grupos da cidade eu estou envolvido? Com toda a sociedade e com os poderes do Legislativo (quem faz as leis), Executivo (quem as coloca em prática), Judiciário (fiscaliza e julga a realização das leis).

Quais são meus recursos? Reunir a população, defender o interesse público; arrecadar recursos e promover doações.



Fonte: Buzzar; Martin; Ribeiro (2020).

Como parte das atividades desenvolvidas, foram elaboradas maquetes utilizando diferentes materiais, possibilitando a representação dos elementos urbanos trabalhados ao longo da proposta. A maquete confeccionada em papel e a maquete elaborada em MDF podem ser observadas nas Figuras 12 e 13, respectivamente.

Figura 12: Maquete elaborada em papel



Fonte: Buzzar; Martin; Ribeiro (2020).

Figura 13 - Maquete elaborada em MDF



Fonte: Buzzar; Martin; Ribeiro (2020).

Segundo o grupo, essa oficina foi aplicada com 40 alunos de 15 a 17 anos, sendo relatado por eles, que o jogo estimula o debate e o olhar crítico para uma postura mais ativa e participativa na cidade. Para aplicar com alunos de outras idades, foram feitas algumas adaptações, variando a complexidade das questões levantadas.

Além de experiências como essa, o projeto continua em desenvolvimento, produzindo novas versões de oficinas e jogos com essa temática disponibilizadas em seu portal virtual, com o intuito de “(...) construir uma rede de pesquisadores, professores, alunos e cidadãos que se interessem por essa temática e que se apropriem dessa experiência de pesquisa e extensão universitária (...)” (Buzzar; Martin; Ribeiro, 2020, p.13).

A experiência da “Cartilha da Cidade” evidencia o potencial de práticas lúdicas e participativas para o engajamento dos alunos na compreensão da dinâmica urbana e no exercício da cidadania. O jogo “Agentes Urbanos e a Cidade Participativa” demonstra que atividades estruturadas com situações-problema concretas podem estimular o debate, a percepção crítica e a reflexão sobre os papéis dos diferentes agentes envolvidos na gestão da cidade. A articulação entre fichas de agentes, maquetes e discussões coletivas favorece a apropriação dos conceitos e promove a experiência prática de tomada de decisão em um contexto urbano simulado.

No entanto, é importante destacar que a replicação dessa experiência em outros contextos escolares pode enfrentar desafios. A complexidade do jogo exige disponibilidade de materiais, infraestrutura adequada, formação dos mediadores e tempo de implementação compatível com a dinâmica escolar. Além disso, os conteúdos trabalhados neste caso enfatizam mais aspectos políticos e sociais da gestão urbana, enquanto os elementos técnicos, como hierarquia viária, planejamento do espaço público, infraestrutura e ordenamento territorial, recebem menor atenção. Para que a experiência contribua de forma mais abrangente para a formação cidadã e para o entendimento da cidade como um sistema técnico e social, seria necessário integrar explicitamente esses aspectos técnicos às atividades, fortalecendo a compreensão das crianças sobre a lógica urbana e suas implicações práticas.

Dessa forma, mesmo com limitações de replicação e necessidade de ajustes no enfoque técnico, o projeto demonstra que a utilização de estratégias lúdicas, contextualizadas e participativas é uma ferramenta significativa para desenvolver habilidades críticas, sociais e cidadãs nos estudantes, consolidando a educação urbana como um instrumento de formação de cidadãos conscientes e atuantes.

4. CONCLUSÕES

A partir da discussão teórica, as crianças se configuram como atores centrais na construção de cidades mais humanas e democráticas, sendo as práticas pedagógicas sobre o espaço urbano ferramentas estratégicas para estimular o pensamento crítico e a participação cidadã desde cedo. Os métodos lúdicos empregados, como os planos de ensino da “Jornada Ninja” e o jogo do projeto “Cartilha da Cidade”, mostram-se significativos para aproximar os alunos da compreensão das relações sociais, ambientais e espaciais que estruturam o território urbano, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades.

O Arquiteto e Urbanista desempenha papel essencial nesse processo, ao compartilhar seus conhecimentos técnicos com os estudantes de forma acessível, permitindo que compreendam aspectos estruturantes da cidade, como, por exemplo, a hierarquia viária – que organiza ruas, avenidas e vias expressas de acordo com seu fluxo e função – e a necessidade de intervenções planejadas, como desapropriações para implantação de avenidas, quando o crescimento urbano ocorre de forma desordenada. Assim, os jovens podem perceber que a construção de uma cidade de qualidade exige decisões técnicas, planejamento e participação coletiva, entendendo seu papel na formulação e fiscalização de políticas públicas.

A análise crítica das experiências pedagógicas evidencia impactos concretos na formação cidadã, ao estimular protagonismo, engajamento crítico e reflexão sobre os desafios urbanos. Observa-se, porém, que a replicação dessas propostas pode apresentar limitações significativas, como a necessidade de recursos materiais e humanos qualificados, a adaptação das atividades a diferentes faixas etárias e contextos escolares, e a complexidade de integrar conteúdos técnicos e políticos em uma abordagem lúdica e inclusiva.

Enquanto a “Jornada Ninja” enfatiza o desenvolvimento técnico e conceitual, permitindo a compreensão de estruturas urbanas e planejamento, o projeto “Cartilha da Cidade” destaca a dimensão política e participativa, promovendo o debate e a negociação entre diferentes atores urbanos. Essa complementaridade evidencia que uma educação urbana eficaz deve equilibrar aspectos técnicos e políticos, garantindo que as crianças compreendam não apenas a organização física da cidade, mas também os processos de governança e participação cidadã.

As experiências analisadas apontam para limitações estruturais do próprio contexto urbano e escolar. A complexidade da cidade contemporânea, a escassez de espaços públicos adequados e a necessidade de infraestrutura planejada impõem restrições à efetiva transferência do aprendizado lúdico para ações concretas. Apesar dessas limitações, os casos estudados mostram potencial para fomentar consciência crítica, protagonismo infantil e participação social, desde que integrados a estratégias pedagógicas consistentes e adaptáveis.

Portanto, este estudo reforça que a educação urbana possui papel estratégico na formação de cidadãos críticos, mas alerta para a necessidade de reflexão cuidadosa sobre como experiências lúdicas podem ser operacionalizadas de forma realista, considerando recursos, contextos e objetivos educativos.

O tema da educação urbana ainda é pouco explorado na literatura científica, configurando-se como emergente e de crescente relevância, o que evidencia a necessidade de maior atenção e produção acadêmica. Nesse contexto, a abordagem ampla adotada permitiu abarcar diferentes perspectivas sobre a relação entre o homem e a cidade, o direito à cidade, a educação urbana e a formação cidadã na infância, oferecendo um embasamento sólido para a reflexão crítica das experiências analisadas.

A priorização de materiais primários possibilitou a construção de um panorama teórico consistente, garantindo profundidade, pertinência e confiabilidade às discussões, além de

fornecer suporte para a análise dos casos pedagógicos e a interpretação de seus impactos na formação cidadã dos alunos. Espera-se que essas reflexões sirvam de base para futuras pesquisas e intervenções pedagógicas, incentivando profissionais e pesquisadores a integrar conhecimento técnico e prática cidadã, contribuindo assim para a construção de cidades mais inclusivas, sustentáveis e participativas.

5. REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Ana Laura; CASTRAL, Paulo César. *Memória, identidade e cultura: condições de pertencimento aos espaços da cidade*. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 14, n. 27, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria>. Acesso em: 31 out. 2024.

BARRETO, M. L. M. *A mediação escolar: do mestre ignorante ao emancipador*. Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas, v. 14, n. 43, p. 72-83, 2025.

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 31 out. 2024.

BUZZAR, Miguel A.; RIBEIRO, Naiara N.; MARTIN, Raíssa T. *A cartilha da cidade: a educação urbana para a formação cidadã*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 6., 2020, Brasília. Anais [...]. Brasília: ANPARQ, 2020. Disponível em: <https://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/21968.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade: repensando a Geografia*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CAU/BR. *Caderno CAU Educa: educação urbanística e ambiental*. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 2022. Disponível em: https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Caderno-CAU_Educa-A4-1222-WEB.pdf. Acesso em: 1 mar. 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar: elementos de geografia para o estudo do espaço urbano*. Geosp: Espaço e Tempo, São Paulo, v. 3, n. 1, abr. 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123346/119683>. Acesso em: 1 abr. 2024.

DALMAZ, Carla; NETTO, Carlos Alexandre. *A memória*. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 56, n. 1, jan./mar. 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMIDE, Letícia Mastrela. *Educação urbana: uma introdução do direito à cidade no ensino fundamental*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/handle/123456789/xxxx>. Acesso em: 1 mar. 2023.

HARVEY, David. *O direito à cidade*. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012. Tradução de Jair Pinheiro. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 15 maio 2023.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Erminia. *Erradicar o analfabetismo urbanístico*. Revista FASE, p. 1-4, 2002. Disponível em: https://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_analfabetismourbano.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

PEDROSO, Joana Cristina Matos. *Memória e identidade do lugar*. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 158, p. 207-216, dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/109697/59421>. Acesso em: 4 abr. 2024.

PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz. *Construindo memórias, tecendo histórias: registros do patrimônio de Campos dos Goytacazes*. 1. ed. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2022.

RANGEL, M. R. L. F.; RUIZ, L. M.; COSTA, A. C.; GOMES, M. M. T. *Participação e inclusão no direito à cidade no Brasil*. Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas, v. 12, n. 36, p. 1-17, 2022.

REIS, Haydêa Maria Marino de Sant'Anna; CRUZ, Maria Inês de Andrade. *As revelações da cidade no humano*. In: *Memória e identidade: pensando patrimônios*. São Paulo: Pontocom, 2018. p. 191-204.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).

TORINO, Isabel Halfen da Costa. *A memória social e a construção da identidade cultural: diálogos na contemporaneidade*. Contribuciones a las Ciencias Sociales, dez. 2013. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/26/memoria-social.html>. Acesso em: 31 out. 2024.

TREVISAN, Gabriela. *Cidadania infantil e participação política das crianças: interrogações a partir dos Estudos da Infância*. In: *Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras*. Braga: CIEC, [s.d.]. Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/handle/20.500.11796/2868>. Acesso em: 31 out. 2024.

VERONESE, Josiane Rose Petry; VIEIRA, Cleverton Elias. *A educação básica na legislação brasileira*. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 24, n. 47, p. 99-126, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15281>. Acesso em: 31 out. 2024.